

Artigos livres

O trabalho sob a ótica de Patrícia Galvão: uma análise a partir de *Parque Industrial*

Marcos Vinicius Ferreira Trindade¹

Resumo

O presente artigo visa analisar o contexto que o trabalho adquiriu no romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, escrito sob o pseudônimo Mara Lobo, partindo do pressuposto que a Literatura pode ser um documento de grande valia para o estudo das relações sociais presentes na História. Percebe-se também a problemática social vivida na década de 1930 através da obra, tida como a primeira de cunho proletário do Brasil, que traz à tona a dualidade entre burgueses e operários. Neste artigo busca-se compreender como o trabalho passou a ser força que impulsiona a vida dos sujeitos.

Palavras-chave: Trabalho. Proletário. História e Discurso Literário.

Considerações iniciais

As percepções sobre o significado de trabalho no romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão é o tema deste artigo. Procura-se entender como a escritora, em inícios da década de 1930, concebia o trabalho e como construiu sua obra, revelando os pormenores do cotidiano fabril. Assim, este artigo trata sobre o viés histórico em que a obra foi publicada, uma pequena biografia de Patrícia Galvão, além da análise do trabalho e o seu contexto dentro do romance.

Sandra Jatahy Pesavento em sua obra *História & História Cultural*, afirma que “a História é uma espécie de ficção, ela é uma ficção controlada, e, sobretudo pelas fontes, que atrelam a criação do historiador aos traços deixados pelo passado.” (PESAVENTO, 2003, p. 58-59). Sendo assim, portanto, tem-se ao se escrever a História como meio a interpretação de uma leitura, relacionando esta com o tema escolhido para a pesquisa. O texto histórico, mesmo com pontos subjetivos de quem o escreve, deve ser formado a partir de documentos e fontes confiáveis, diferenciando-se do texto literário, que gira mais em torno da ficção mesmo contendo fundos históricos em sua escrita.

A literatura, portanto, não deixa de ser um documento. Sobre a relação entre História e Literatura, Roger Chartier afirma que:

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (2016) e Pós-Graduando em Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal do Maranhão.

a relação entre literatura e história pode ser entendida de duas maneiras. A primeira enfatiza o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos. Para semelhante perspectiva é necessário compreender que nossa relação contemporânea com as obras e os gêneros não pode ser considerada nem como invariante nem como universal. Devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros, foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo os critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito. Trata-se, portanto, de identificar historicamente e morfologicamente as diferentes modalidades da inscrição e da transmissão dos discursos e, assim, de reconhecer a pluralidade das operações e dos atores implicados tanto na produção e publicação de qualquer texto, como nos efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos sobre a construção de seu sentido. Trata-se também de considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão. Mas há uma segunda maneira talvez mais inesperada de considerar a relação entre literatura e história. Procede ao contrário, isto é, descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. Semelhantes textos que fazem da escritura, do livro e da leitura o objeto mesmo da ficção, obrigam os historiadores a pensar de outra maneira as categorias mais fundamentais que caracterizam a “instituição literária”. (CHARTIER, 2000, p. 197).

Atentando-se à elaboração, a narrativa literária tem por função lançar determinada representação da realidade de quem a escreveu, em contrapartida do pensamento do século XIX que dizia que “a literatura não documenta o real nem constitui representação semelhante ao discurso científico, filosófico, político, jurídico ou outros” (FERREIRA, 2013, p. 66), visto que a literatura era tida como falsa e vinculada à imaginação distanciando do saber fazer histórico e do documento verdadeiro.

Sobre representação entende-se conforme Chartier em *A História Cultural*,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a de legitimar um projeto reformado ou a de justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p. 59)

Conseqüentemente, ao incluir a literatura como um documento possível para o estudo histórico e compreender que ao escrever uma narrativa literária o autor também está inserido no seu contexto social, leva Nicolau Sevcenko a salientar que a literatura “[...] fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos” (SEVCENKO, 2003, p.30). É importante perceber que “hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos” (LE GOFF, 2003, p. 525). Destarte, a literatura além de possuir seu fator cultural, sendo instrumento de conhecimento ao homem, também é formadora de críticas, reflexões e ideologias.

Sobre o contexto histórico, a autora e o romance

O romance *Parque Industrial* é um marco tanto para a História quanto para a Literatura que coloca em debate a luta de classes e a falta de direitos dos trabalhadores. Esse testemunho nasce do desejo de Patrícia Galvão - apelidada por Raul Bopp de Pagu, após uma confusão do renomado poeta, cronista e jornalista com a sílaba inicial de seu sobrenome, Bopp pensava que era Goulart, daí então Pagu (HOLANDA, 2014, p. 14) - de contestar o seu redor, conforme afirma, “pensei em escrever um livro revolucionário. Assim, nasceu a ideia de *Parque Industrial*. Ninguém havia ainda feito literatura neste gênero. Faria uma novela de propaganda que publicaria com pseudônimo, esperando que as coisas melhorassem.” (GALVÃO, 2005, p.112).

As décadas de 1920 e 1930 foram efervescentes no Brasil. O Movimento Modernista no país teve como marco a Semana de Arte Moderna de 1922, ressaltando a linguagem mais simples e coloquial, além do interesse pela realidade brasileira. Vale ressaltar que a Semana não foi o início das mudanças, visto que desde 1902 com *Os Sertões* de Euclides da Cunha, o país já passava por renovações nas artes e na literatura.

A Semana de Arte Moderna ganha relevância histórica porque agrupou as tendências que desejavam a transformação cultural do país, que buscavam uma visão nacionalista, contudo, crítica da realidade brasileira. O processo de difusão de ideias transformadoras segue através da Revista Klaxon e de quatro movimentos culturais: Pau-Brasil e Antropofagia, que

declinavam para a aceitação da realidade do Brasil mesmo com seus contrastes e Verde-Amarelismo e Anta, liderado por Plínio Salgado, que eram ufanistas com afinidades nazifascistas.

A partir de 1930, os eventos sociais pelos quais o Brasil e o mundo passavam (crise de 1929, crise do café, Revolução de 30, Estado Novo, ascensão dos regimes totalitários, Segunda Guerra) fez com que os escritores da chamada Segunda Geração do Modernismo ou Romance de 30 tomassem posições ideológicas. Percebe-se que a partir de então os escritores debruçam-se sobre a sua realidade na qual estão inseridos para mostrar a problemática social e aprofundam-se nela, surgindo assim a literatura regional, que aborda principalmente a denúncia social, amplamente difundida na obra de Pagu.

Com as conturbadas eleições de 1930, após fraudes e até assassinato de João Pessoa, a Revolução de 1930 consagra-se vitoriosa. Com Getúlio Vargas no poder do Governo Provisório (1930-1934), forças sociais que o apoiaram anteriormente reivindicavam participação política. Getúlio, de uma astúcia ímpar, inclina-se para o lado dos trabalhadores urbanos, e mais tarde criando leis e benefícios que favoreciam a classe.

Foi durante o governo de Getúlio que a indústria no Brasil foi impulsionada. Concretizar a industrialização no país era um dos objetivos do Presidente, através da não dependência externa e preferindo as indústrias nacionais. A indústria começa a crescer através de medidas protecionistas e regulamentação do mercado de trabalho. Posteriormente com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a criação da Petrobrás, o desenvolvimento industrial do país continuará satisfatório.

Vivenciando todas estas transformações, Patrícia Galvão sempre esteve um passo a frente dos demais de certa forma. Nascida em 1910 em São Paulo, viveu anos de sua vida no Brás, bairro tipicamente proletário no início do século XX, o que a ajudou a compreender esse mundo do trabalho presente em sua obra, conforme diz,

Morei no Brás até os 16 anos. Numa habitação operária com os fundos para a tecelagem Ítalo-Brasileira, num ambiente exclusivamente proletário. Sei que vivíamos economicamente em condições piores que as famílias vizinhas, mas nunca deixamos de ser os fidalgos da vida operária. (GALVÃO, 2005, p.56)

Presenciando o cotidiano dos operários e a crescente industrialização que o país passava, Pagu em sua adolescência começa a conviver com pessoas do Movimento Antropofágico, o que faz com que desperte nela o discernimento no que se refere às lutas de classe e à sociedade como um todo.

Casou-se com Oswald de Andrade, um dos representantes mais eloquentes do Movimento Modernista no Brasil, relacionamento este bastante difícil por ter sido traída diversas vezes. Pagu então passou a normalizar a situação conforme relata que “[...] a admiração de Oswald e seus colegas a camada superficial construída por mim, que ia se aprofundando sem que eu mesma sentisse, à força do hábito”. (GALVÃO, 2005, p.66).

O viés marxista de Pagu começou após as decepções pessoais. Munida de sonhos e alguns objetivos, como o de encontrar Luís Carlos Prestes em seu exílio, viaja a Buenos Aires e tem contato com grupos de vanguardas marxistas do local e ao retornar ao Brasil, traz consigo o ideário de luta pela igualdade. O encontro com Prestes ocorreu posteriormente em Montevideú, encontro este que acendeu de vez seu espírito de luta pelos trabalhadores, conforme aponta,

Prestes mostrou-me concretamente a abnegação, a pureza de convicção. Fez-me ciente da verdade revolucionária e acenou-me com a fé nova. A alegria da fé nova. A infinita alegria de combater até o aniquilamento pela causa dos trabalhadores, pelo bem geral da humanidade. Disse acenou-me, apenas, porque a fé, em toda a sua extensão, só mais tarde tomou conta absoluta de minha pessoa. (GALVÃO, 2005, p.75).

Com seu envolvimento total na causa, Pagu sofre algumas privações, como ser a primeira mulher brasileira a ser presa por razões políticas durante o Estado Novo, ser espancada e ficar longe do filho Rudá de Andrade. Trabalhou em diversos segmentos, de empregada doméstica à metalúrgica e após um acidente de trabalho que a impossibilitou de continuar as atividades laborais, dedica-se a escrita de forma militante, o que gerou *Parque Industrial*.

Parque Industrial, de Patrícia Galvão, publicado em 1933, é conhecido como a primeira obra literária de cunho proletário do país, que retrata entre outros itens, o cotidiano fabril, o trabalho do imigrante, questões de gênero e as lutas de classes vivenciadas na década de 1930. Foi escrito sob o pseudônimo de Mara Lobo, para não ocorrer problemas com o Partido Comunista, filiada desde 1931. Dessa forma, os questionamentos sobre esse tema nesta década que foi imprescindível para a história do trabalho brasileiro ainda são pertinentes.

Composto por 17 capítulos e tratando-se de um romance com forte viés marxista, Pagu apresenta sua obra sustentando-a em três pontos principais: o trabalho, as relações de gênero e a sociedade, sendo analisado neste artigo apenas o que se refere ao trabalho. Por isso, analisar essas conexões e problematizá-las a partir de uma obra literária é de suma importância para

entender as engrenagens do capitalismo e observar como os personagens são representações dos homens na sociedade, tanto daqueles que tem consciência do meio que estão inseridos, quanto daqueles que não refletem sobre a causa dos trabalhadores.

Entre viagens (uma destas que traz as primeiras sementes de soja para o cultivo do cereal no país), ofício de jornalista, trabalho como escritora, prisões, segundo casamento com Geraldo Ferraz, Pagu firma-se como uma referência da luta dos trabalhadores. Faleceu na cidade de Santos em 12 de dezembro de 1962 vítima de câncer.

Sobre o trabalho em *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão

Pode-se afirmar que trabalho é toda atividade que o ser humano desenvolve a fim de satisfazer suas necessidades ou alcançar algum objetivo. Como aponta Engels (1990, p. 269), “o trabalho é a condição básica e fundamental de toda vida humana”. Sendo condição da vida humana e através da possibilidade de modificar a natureza, percebeu-se a distinção primordial entre o homem e os demais animais: a capacidade de transformar a sociedade e o seu redor. Ainda segundo o autor, a partir do momento em que o homem liberta suas mãos e sente a necessidade de encontrar novos meios para sua subsistência, o trabalho começa a fazer parte de seu mundo.

A partir dessas transformações percebe-se o trabalho como uma forma de transformar as relações sociais, em que o homem é inserido em um ambiente novo. Por isso, segundo Cotrim (2016, p. 177), “o trabalho é elemento essencial da relação dialética entre ser humano e natureza, saber e fazer, teoria e prática”. Sendo assim, o trabalho contribui para que o homem pudesse desenvolver novos mecanismos para mudar a realidade presente.

Pensar em trabalho também remete à utilização e domínio de ferramentas. O desenvolvimento de ferramentas fez com que o trabalho se configurasse em atividades que produziram resultados através do uso de instrumentos, conforme salienta Hannah Arendt (2004, p. 134), “nenhum trabalho pode ser produzido sem instrumentos: o aparecimento do *homo faber* e o surgimento de um mundo de coisas, feito pelo homem, são, na verdade, contemporâneos da descoberta de instrumentos e ferramentas”.

É importante ressaltar que ao longo da história o trabalho teve significados distintos. Se para os pensadores gregos as atividades laborativas eram desprezíveis, por outro lado, nas sociedades contemporâneas, o trabalho é o meio que gera riqueza. Sobre o sentido da palavra trabalho, Albornoz diz que:

Às vezes, carregada de emoção, lembra tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas. (ALBORNOZ, 1994, p. 131).

Falar em trabalho aborda também os indivíduos que fazem parte deste sistema, comumente divididos entre patrões e empregados, burguesia e proletário. Segundo Marx, “por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’”. (MARX, 1988, p. 179). Assim, a riqueza é produzida pelo proletariado que vende a sua força de trabalho para sua sobrevivência. Em *Parque Industrial* não é diferente: a força de trabalho dos operários era uma mercadoria a ser vendida. O entendimento desta forma de exploração capitalista é observado no romance através da personagem *Rosinha*, que passa a compreender a luta de classes, quando diz,

O dono da fábrica rouba de cada operário o maior pedaço do dia de trabalho. É assim que enriquece à nossa custa! - Quem foi que te disse isso? – Você não enxerga? Não vê os automóveis dos que não trabalham e a nossa miséria? (...) Mas felizmente existe um partido, o partido dos trabalhadores, que é quem dirige a luta para fazer a revolução social. – Os tenentes? – Não, os tenentes são fascistas. - Então o quê? - O Partido Comunista. (GALVÃO, 2006, p. 21).

Segundo é relatado no livro *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão* (2005), *Parque Industrial* em sua apresentação foi tido como “um escândalo! Como alguém poderia dizer tantas verdades por linha, denunciando a vida dos humilhados e ofendidos da sociedade paulistana?” (GALVÃO, 2006, p.8), uma vez que o romance narra o cotidiano fabril, a disparidade e abusos sofridos pelas operárias e a falta de direitos da classe trabalhadora.

O operário é visto como uma máquina que deve ser usada ao máximo. Ainda mais que antes de 1930 não existia legislação trabalhista que propiciasse o mínimo de condição de trabalho, exceto a Lei de Acidentes de Trabalho datada de 1919, a Lei de Férias, de 1925 e o Código de Menores, de 1927. Importante salientar que tanto a Lei de Férias, quanto o Código de Menores eram descumpridas rotineiramente. Mesmo com a insatisfação dos donos de fábricas em 1931, já no governo de Vargas, é criado o Ministério do Trabalho, indústria e Comércio e no ano subsequente é implantada a jornada de 8 horas diárias para o trabalho. A jornada de 8 horas diárias era indispensável na época, já que o seio familiar dos trabalhadores era prejudicado, conforme é exposto no romance:

- Nós não podemos conhecer os nossos filhos! Saímos de casa às seis horas da manhã. Eles estão dormindo. Chegamos às dez horas. Eles estão dormindo. Não temos férias! Não temos descanso dominical! (GALVÃO, 2006, p. 33).

O jogo que Pagu recorre para exemplificar as atrocidades do mundo do trabalho é bem interessante em seu romance. Tem-se como exemplo, quando duas personagens, *Otávia* e *Rosinha*, decidem ir à sessão sindical operária para mostrar apoio ao partido Comunista. Lá são percebidas, após as reivindicações serem expostas, as disparidades entre as funções laborais realizadas e a situação vivida pelos trabalhadores, como por exemplo, “um operário da construção civil grita: - Nós construímos palácios e moramos pior que os cachorros dos burgueses” (GALVÃO, 2006, p. 33), apontam para a forma que os policiais atuam em seu universo laboral, uma vez que mesmo sendo da classe dominada, protege a classe dominante, conforme exposto no romance “- E a polícia? - Quando é que a polícia perseguiu um filho de político?” (GALVÃO, 2006, p.74). Aqui é percebido que algumas classes trabalhadoras, após realizar seu ofício durante certo tempo, não se vê mais como parte integrante da classe dominada, reproduzindo assim a lógica do sistema capitalista,

O policial pede de novo o encerramento da reunião que se alonga empolgada.

- Tenho que trabalhar amanhã. E todos os companheiros presentes também.

A palavra de um ferreiro bate energicamente na assembleia:

- O companheiro Miguetti luta por um interesse individual e quer sacrificar o interesse coletivo. Está sabotando a reunião. Nos impede de falar. Está fazendo uma obra policial, contra os interesses da nossa classe. A favor da burguesia que nos explora! A assembleia resolverá. (GALVÃO, 2006, p. 32).

À medida que os personagens vão percebendo o seu lugar social enquanto trabalhador e as distinções sofridas, a separação entre os trabalhadores militantes e os trabalhadores alienados, que desempenham sua função sem questioná-la agrava-se e gera alguns conflitos. Na passagem sobre o Carnaval, enquanto a maioria brinca *Otávia* e *Rosinha* estão cada vez mais cientes de seu papel no mundo do trabalho. Quando o caixeiro *Pepe* convida *Rosinha* para os blocos de carnaval, a mesma responde:

- Não posso ir, Pepe. Você parece um burguês satisfeito. A sua falta de compreensão trai a nossa classe. Eu é que não posso me desviar da luta para brincar no carnaval. (...) *Otávia* desaparece na porta escura. *Rosinha* Lituana, lá dentro, mimeografa manifestos. *Otávia* começa a dobrar. (GALVÃO, 2006, p.47).

Pepe, assim como os policiais, não tem o intuito de contestar o sistema no qual está inserido. Acomodado, não contribui para a luta operária e ainda faz pior: provoca a prisão e a deportação de *Rosinha*, afirmando que ela é a líder da greve em troca de dinheiro. Passado um tempo depois, desempregado, torna-se cafetão e continua sendo manipulado pela classe dominante.

Destarte, esse trabalho mecanizado e repetitivo além de não contribuir para a emancipação do pensamento do operário, provoca o desconhecimento de novas funções, seja laboral ou intelectual, levando ao homem para a condição de animal, conforme explica Engels,

E a condenação a um tal trabalho, um trabalho que absorve todo o tempo disponível do operário, mal lhe deixando tempo livre para comer e dormir, nem lhe permitindo fazer exercícios ao ar livre e gozar a natureza, sem falar na atividade intelectual, será que poderá deixar de rebaixar o homem à condição de animal? Mais uma vez, o trabalhador só possui uma alternativa: submeter-se à sua sorte, tornar-se um “bom” operário, servir “fielmente” os interesses da burguesia e, neste caso, cai na condição de animal, ou então resistir, lutar tanto quanto possa pela sua dignidade de homem, o que só lhe é possível lutando contra a burguesia. (ENGELS, 1985, p.139).

Os avanços das atividades laborais são vistas como opressoras e a perpetuação da exploração da classe trabalhadora. É forte a crítica à modernização e são percebidas através das cenas de opressão cotidiana que classe trabalhadora sofre. Os empregados são tratados de forma violenta pelos patrões de diversas formas: agressão verbal e/ou física, assédio, demissão como é retratado por Patrícia Galvão, talvez correlacionando com a época da colonização e o trabalho escravo, pois os proletários assalariados de *Parque Industrial* têm “em seu peito cicatrizes de chibata”. (GALVÃO, 2006, p. 114), ocasionando a reflexão sobre a forma como os operários nasceram, já vistos como subalternos tanto quanto os escravos, diferenciados apenas pelo trabalho assalariado.

Considerações finais

Em *Parque Industrial*, os operários vendem sua força de trabalho para sobreviver, uma vez que não possuem os meios de produção, logo sua única opção é o trabalho que ao mesmo tempo em que passou a dignificar o homem, também o levou à miséria, pois o produto do seu esforço não é seu, a maior parte da riqueza produzida por ele não volta e não pode deixar de trabalhar, pois esta é a sua natureza.

Percebe-se ao longo do romance que alguns dos personagens buscam a coletividade da classe trabalhadora, alguns logrando uma mínima progressão, todos representando a esfera socioeconômica da década de 1930, delatando os maus tratos sofridos por parte da burguesia e até mesmo as disparidades no cerne da própria classe operária. Com essa opressão as mulheres proletárias, exemplificadas no romance principalmente através de *Otávia* e *Rosinha*, despertaram enquanto sujeitos transformadores da história.

Conforme é dito em *Parque Industrial* “A estatística e a história da camada humana que sustenta o parque industrial de São Paulo e fala a língua deste livro encontram-se, sob o regime capitalista, nas cadeias e nos cortiços, nos hospitais e nos necrotérios”. (GALVÃO, 2006, p.16). O trabalho sendo o condutor deste romance, atrelado aos eventos da década de 1930, batendo de frente com os problemas sociais, leva a reflexão sobre a acumulação da riqueza nas mãos de poucos e a vida precária de muitos, além de analisar os rumos o trabalho tomou desde a primeira publicação da obra de Patrícia Galvão.

Referências bibliográficas

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. In: *Revista de Teoria da História*. Ano 1. Nº 3. UFG: Junho, 2010.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. O fim da separação entre literatura e história. In: *Revista Contemporânea. Dossiê História & Literatura*. Ano 3. Vol. 2. Nº. 4. 2013.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAMPOS, Augusto de. *Pagu: vida e obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Tereza Cochar. *Português: Linguagens*. Volume Único. São Paulo: Atual Editora, 2008.
- CHARTIER, Roger. Literatura e História. In: *Revista Topoi*. Nº 1. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- COTRIM, Gilberto. FERNANDES, Mirna. *Fundamentos da Filosofia*. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Rio de Janeiro: Global, 1990.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013.

GALVÃO, Patrícia. (sob o pseudônimo Mara Lobo). *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. *Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. São Paulo: Agir, 2005.

HOLANDA, Sarah Pinto de. *Um caminho à liberdade: o legado de Pagu*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LUCA, Tania Regina de. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.